**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA QUE TRATOU DA QUESTÃO DOS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023, ÀS 18H30MIN, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho)** – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Sargento Lima, que tem por objetivo discutir a questão dos moradores em situação de rua da região da Grande Florianópolis.

Conforme dados de julho deste ano, somente na Capital catarinense circulam quase duas mil pessoas em situação de rua, e este número tende a aumentar na temporada de verão. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeaem apenas uma década, entre 2013 e 2023, a população em situação de rua no Brasil aumentou 935%.

Convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades: o excelentíssimo senhor Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Sargento Lima; o senhor Promotor de Justiça da Comarca da Capital, Daniel Paladino; o senhor Secretário Municipal de Assistência Social de Florianópolis, Leandro Antônio Soares Lima, neste ato representando o senhor Prefeito da Capital, Topázio Neto; o senhor Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública de Florianópolis, Coronel Carlos Alberto de Araújo Gomes Junior; a senhora Secretária Municipal de Assistência Social de São José, Rita de Cássia Faversani Furtado; e o senhor Comandante do 1º Comando Regional da Polícia Militar de Florianópolis, Coronel Dante da Costa Chierighini.

Citamos e agradecemos a presença das seguintes autoridades e dos seguintes convidados que se apresentaram ao nosso Cerimonial: senhor Tenente do 4º Batalhão de Polícia Militar do Município de Florianópolis, senhor Gabriel dos Anjos Kretzer; senhora Subcomandante da Guarda Municipal de Palhoça, Layse Santos Svaldi Almeida; senhor supervisor dos Consegs do Estado de Santa Catarina, Antônio Carlos Fernandes, neste ato representando o coordenador estadual de Polícia Comunitária e de Consegs, Coronel Jeferson Braz de Oliveira; senhor Vereador de São José, Rodrigo de Andrade; senhora Secretária Adjunta Municipal de Segurança Pública de Biguaçu, Drielly Rosa Nau; senhor conselheiro da Abrasel, Alexandre Di Bernardi; senhor presidente da Associação Empresarial de Florianópolis (Acif), Célio Antônio Bernardi Filho; senhor presidente do Conseg Centro, de Florianópolis, Rodrigo Marques; senhor presidente do Conseg 32 - Jurerê, Luciano Chaplin Rodrigues; senhor diretor de Desenvolvimento Econômico da Aemflo/CDL do Município de São José, Robson Truppel; senhor gerente de Articulação da CDL Florianópolis, Hélio Leite, neste ato representando o senhor presidente, Júlio Geremias; senhor vice-presidente da Associação Amigos do Parque da Luz, Carlos César Stadler; senhora assessora de Segurança Ana Paula Machado, neste ato representando o gabinete do Secretário Municipal de Segurança Pública de Palhoça, Alexandre Silveira de Souza; senhora assessora parlamentar Paola Rodrigues, neste ato representando o gabinete da Deputada Estadual Luciane Carminatti, que é a Coordenadora da Frente Parlamentar do Suas; senhor coordenador da Associação Rede Com a Rua, José Luiz de Carvalho Soares; e senhor assessor parlamentar João Padilha, neste ato representando o gabinete da Deputada Estadual Ana Campagnolo.

Este Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Sargento Lima para proceder à abertura oficial desta audiência pública e presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos. Boa noite.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Boa noite a todos.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Agradeço a presença de todos vocês aqui nesta tarde para discutir um problema, que no meu entendimento não é só um problema de Florianópolis, é um problema de todo o Estado de Santa Catarina, principalmente da nossa faixa litorânea, tendo em vista que para o centro-oeste, oeste e uma parte do sul esse problema não encontra condições climáticas que favoreça para que ele aconteça. É muito difícil encontrar na região do oeste, embora ainda tenha poucos moradores de rua, mas pelo rigoroso inverno que o nosso Estado já é característico, isso acaba se acentuando na nossa faixa litorânea.

Antes de colocar um pequeno vídeo, vou explicar como vai ser o funcionamento da nossa audiência, e eu dou a mesma condução a todas as minhas audiências públicas. Primeiro vamos estender a palavra aos nossos visitantes, cada um deles terá o tempo de até três minutos para se expressar na tribuna, nós já temos algumas inscrições que foram realizadas. E aqueles que gostariam, que tiverem vontade de fazer uso da palavra, nós teremos aqui a nossa assessoria que vai identificá-los pela mão levantada, então basta levantar a mão. Nós temos ainda cinco espaços abertos de três minutos para que seja feita a inscrição.

Eu gostaria de mais uma vez agradecer a esta mesa, a quem será estendido o tempo de cinco minutos, podendo ser prorrogáveis, para que possamos falar disso, porque a audiência pública é para escutar a população. Muitas vezes se desvirtua esse mecanismo de audiência pública, onde se escuta as autoridades. A população na audiência pública é quem tem voz e vez, essa ferramenta serve para isso, segundo o Rialesc, o nosso Regimento, então eu trabalho dessa forma.

Porém, antes de todos fazerem uso da palavra, eu também gostaria de comunicar a presença do Deputado da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Marcos José de Abreu, o Marquito, a quem convido, por gentileza, para fazer parte da mesa.

Espero que possamos elevar a régua dessas discussões, partindo de uma corrente que vem se formando, que acabou transformando esse assunto de moradores de rua em um tabu. Aqueles que repelem esse assunto são maus, é uma pessoa de péssimo coração, não tem humanidade, e quem defende são aquelas que defendem o tráfico, enfim. Nós precisamos elevar essa discussão e fugir desse campo de classificar tanto quem é favorável, quanto quem é complacente, de quem compreende, de quem muitas vezes ajuda através da caridade cristã, daqueles que realmente conseguem enxergar isso como um problema.

Por que eu digo que nós precisamos elevar essa régua? Santa Catarina tem se tornado o destino de imigrantes que encontram nos seus Estados de origem uma dificuldade, uma adversidade vinda da administração dos seus Estados. E isso é inconteste, o morador de rua não vem praticar turismo em Santa Catarina, ele vem para cá porque ele encontrou dificuldade no seu Estado de origem, no seu país de origem, porque se estivessem muito bem nos Estados de origem, eles permaneceriam lá. Por isso que eu digo que nós temos que elevar essa régua.

Seria também leviano de nossa parte atribuir 100% desse problema ao uso de drogas e aos problemas sociais que são relacionados a ela. Nós estamos trabalhando com um assunto muito mais complexo, mas independente disso, nós temos que parar de discutir um pouco todos os seus efeitos e começar a trabalhar na raiz, na causa desses problemas e como nós podemos, de forma mais inteligente, participar efetivamente de uma solução. Mas, fato é, nós não podemos banalizar o assassinato. Isso é uma coisa que nós temos que deixar muito claro, pessoas estão morrendo de forma violenta, então nós não podemos banalizar o assassinato. Nós não podemos banalizar o roubo, você pegar a coisa móvel mediante a grave ameaça de alguém, não pode ser banalizado. Nós não podemos banalizar o furto, que você tira a coisa móvel, que é fruto do trabalho de um terceiro, para si, isso não pode ser banalizado. Nós não podemos banalizar a dilapidação do valor imobiliário, ou seja, onde o teu imóvel que você trabalhou para conquistar, com o suor do teu rosto, passa a ser desvalorizado por contar com a presença de moradores da rua ao lado.

Todas essas pessoas da qual eu estou me referindo, inclusive as vítimas, são pagadores de impostos, ou seja, essa mesa aqui que está sentada à frente de vocês todos são nossos clientes – e eu gosto de chamar o público que eu atendo de cliente, o pagador de impostos, eu não o vejo de outra forma.

A minha equipe preparou um vídeo, gostaria que vocês prestassem atenção e lembrassem das minhas palavras, que existem crimes que não podem ser banalizados a troco de se fazer uma boa figura para um público *a* ou para um público *b*, politicamente falando.

(*Procede-se à projeção de vídeo mostrando algumas reportagens sobre crimes praticados por pessoas em situação de rua em Florianópolis.*)

Obrigado, assessoria.

Agora nós vamos partir para as inscrições. Quando forem chamados aqueles que fizeram a sua inscrição, eu peço a gentileza que se dirijam até a tribuna e utilizem o microfone para que seja feito o registro pela Casa.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, senhor Pedro Neves.

**O SR. PEDRO NEVES** – Obrigado, Deputado.

Gostaria de parabenizá-lo pelo bom trabalho que tem feito e por dar atenção para essa situação que está incomodando bastante os moradores do Município de Florianópolis.

Nós falarmos da situação dos moradores de rua é bem complexo, mas precisamos discutir. Não existe solução fácil para resolver essa situação, é uma coisa que nós temos falado bastante.

Hoje nós temos em torno de mil moradores de rua em Florianópolis, sendo que desses, quinhentos estão no abrigo e quinhentos estão nas ruas. Esses quinhentos que estão no abrigo precisam fazer um cadastro e nem todos querem ir para o abrigo justamente por causa desse cadastro. Logicamente que com esse cadastro você descobre se tem passagem policial, se tem mandado de prisão em aberto, toda essa situação. Então muitos não querem estar no abrigo para não serem devidamente identificados.

De um tempo para cá essa situação vem piorando, Florianópolis sempre teve seus moradores de rua, mas a violência tem sido grande. Temos aqui a presença da mãe do menino Talles, que naquele fatídico dia foi assassinado por um morador de rua, aqui no centro de Florianópolis. A insegurança é total. As pessoas dos comércios não aguentam mais, no centro da cidade todo mundo pede ajuda, pede socorro, todo mundo sente toda essa insegurança. Hoje, ao andar pelas ruas de Florianópolis, percebemos que a situação está saindo um pouco do controle. Eu acho que é preciso fazer uma grande união aqui entre Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público, para que juntos consigamos achar uma solução para essa situação.

É preciso separar também o joio do trigo, não é? Este ano foram presos em torno de 250 pessoas em situação de rua com mandado de prisão em aberto, devidamente identificados. Nós vemos aqui a insegurança jurídica, muitas dessas pessoas acabam saindo para as ruas muito antes das penas serem devidamente cumpridas. Ilustrando até a situação do menino Talles, que foi agredido e recebeu a facada no centro de Florianópolis, o morador de rua que o assassinou estava há um mês em liberdade condicional, um mês.

Então, é necessário que nós, como sociedade, nos unamos. A Prefeitura tem feito um trabalho muito grande orientando as pessoas a não dar esmola, mas o grande problema é que nem sempre essa esmola é dada de bom grado, muitas vezes as pessoas são coagidas a dar esmola.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Trinta segundos para a conclusão, Pedro.

**O SR. PEDRO NEVES** – Obrigado, Deputado.

Então é necessário que o Poder Público se una para que se tire essas pessoas das ruas, porque infelizmente toda essa situação, essa insegurança acaba gerando e alimentando o tráfico, que é algo que na nossa sociedade é uma chaga que precisamos combater.

Obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado, senhor Pedro Neves.

O próximo orador inscrito é o meu amigo Vereador de São José, Rodrigo de Andrade. Vossa excelência tem o tempo de três minutos.

**O SR. VEREADOR RODRIGO DE ANDRADE (São José/SC)** – Boa tarde, senhor Presidente. Em nome do senhor eu cumprimento toda a mesa e também todos os participantes, Secretários, Vereadores, autoridades das cidades vizinhas.

Senhor Presidente, a cidade de São José não é diferente de Florianópolis. Nós estamos numa região metropolitana, então a circulação das pessoas em situação de rua entre uma cidade e outra, entre Palhoça e Biguaçu, é normal. Só que nos últimos anos isso também saiu do controle, de forma que se expandiu muito o número dessas pessoas. Muitas vezes nós nos questionamos se existe um cadastro nacional ou um cadastro estadual dessas pessoas em situação de rua, para que se possa ter um controle de onde estão sendo atendidas e daí por diante.

Desde o início do nosso mandato nesta legislatura, para os dezenove Vereadores da Casa, este é um tema que mais nos chega da população, sobre o problema da insegurança que se gerou na cidade de São José, que antes era só referente a dois bairros, Campinas e Kobrasol, hoje já podemos falar na cidade como um todo: Forquilhinhas, Forquilha, Sertão, Colônia, Areias, Barreiros e aí por diante.

Nós montamos uma Comissão Especial de Segurança Pública, doutor Daniel. Agora, na quinta-feira, vamos entregar à população o relatório final: ouvimos a população, fizemos consulta pública, fomos a todos os órgãos, Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público também, de São José. Conversamos com todos esses entes, com a Secretaria de Assistência e Secretaria da Saúde também, para que possamos de uma forma organizada trabalhar em conjunto, porque não adianta só um setor da Prefeitura fazer o seu papel, a Guarda faz o papel dela, mas a Assistência não consegue cobrir ou tem a questão da Saúde, que vai atender a pessoa em situação de rua.

Nós elaboramos um plano de segurança da cidade e o grande foco do plano é referente às pessoas em situação de rua. Entendemos, senhores, que as pessoas em situação de rua merecem o nosso cuidado, mas a cidade precisa ter regras, a cidade precisa ter controle, porque hoje virou uma bagunça, fazem o que querem e perturbam as pessoas. É todo santo dia, uma, duas vezes na semana que tem um comerciante que tem o relógio de luz furtado, ou a máquina de ar-condicionado, prejuízo para todo mundo, a sujeira na frente do estabelecimento, e não é feito nada de efetivo.

Nós precisamos que esse plano seja cumprido na cidade de São José, mas para isso dar certo, depende da cooperação de Florianópolis, de Biguaçu, de Palhoça, porque essas cidades são uma só, um único organismo vivo, e se nós não trabalharmos de forma cooperada nós não vamos ter resultado algum. Nós temos um problema seriíssimo que é ali entre Chico Mendes e Campinas, por exemplo, que é até feio falar, mas é chamado de Faixa de Gaza por muitos. As duas cidades precisam trabalhar, principalmente São José e Florianópolis, de forma cooperada.

Então nós vamos entregar esse plano e convidamos todos a participar. É muito importante, porque nós precisamos entregar resultados. É ter respeito na cidade de São José, ter a oportunidade de atendimento a essas pessoas, mas que elas também saibam que a cidade de São José tem regras, ou seja, quem quiser ficar aqui, tem que aceitar as condições da cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado, Vereador.

Chamo agora para falar o policial penal Rodrigo Cardoso.

**O SR. RODRIGO CARDOSO** – Boa noite a todos.

Só uma correção. Eu não sou policial penal, sou agente de segurança sócioeducativo, mas estou aqui enquanto cidadão josefense, enquanto cidadão catarinense, nascido aqui. Vi essa cidade maravilhosa se transformar praticamente numa quase minicracolândia.

Eu queria falar várias coisas aqui, mas acontece que a gente tem a presença aqui hoje da dona Sonaly, a mãe do jovem Talles, de 17 anos, que foi brutalmente assassinado no mês passado no Largo da Alfândega, aqui do nosso ladinho. Aliás, um jovem de uma família que veio praticamente fugida do Rio de Janeiro, fugida da violência, buscando um lugar melhor para viver e em seis meses na nossa cidade maravilhosa, na nossa Florianópolis, ele foi brutalmente assassinado.

Eu acredito que depois de mim ela vai ter a palavra, vai ter um momento para poder se expressar. Eu acho que nós, enquanto catarinenses, devemos muito a essa família. E enquanto morador de São José eu posso dizer que tenho observado, embora saibamos de todo o problema social que está envolvido na questão das pessoas em situação de rua, que tem pessoas ali que precisam de emprego, precisam de assistência, que têm problemas psiquiátricos, precisam de ajuda, sim, tem muita gente assim, mas, infelizmente, temos que ser sinceros e falar a verdade: uma maioria de marginais está inserida nesse contexto, todos os dias, como falou o Vereador que aqui me antecedeu, cometendo toda a sorte de delitos, crimes, furtos e ameaças.

Eu não estou aqui advogando em causa própria, eu sou homem, eu tenho quase 1,90 metro e sei me defender muito bem, mas eu estou preocupado com as mulheres da minha família, por exemplo, com a minha mãe, as minhas irmãs, as crianças, os primos, os vizinhos, os idosos que são agredidos todos os dias, coagidos, ameaçados e que têm medo de sair de casa. Nós somos uma sociedade que está presa dentro de casa, enquanto os marginais estão simplesmente soltos e nada acontece. Vimos recentemente até policiais sendo presos por tentarem dar um jeito em uma situação a que todo mundo virou as costas.

Então eu faço aqui um apelo a esta Casa, um apelo ao Deputado Sargento Lima, aos Deputados aqui presentes, a todas as autoridades aqui presentes, embora a gente saiba que com esse governo federal que aí está é muito complicado, não estão ajudando em nada e só atrapalham, mas pelo amor de Deus, que consigamos mobilizar as forças estaduais, principalmente o Poder Judiciário, que anda sendo tão leniente com algumas coisas absurdas, inclusive com esse jovem de 17 anos que eu não consigo tirar da cabeça. O assassino dele estava solto, um mês solto em saidinha, em liberdade, e foi para a rua para quê? Para cometer outro homicídio. Até quando vamos tolerar isso? Até quando Santa Catarina vai suportar isso?

Então fica aqui o meu questionamento para vocês, o meu apelo desesperado enquanto cidadão. E, repito, não advogo em causa própria, eu estou preocupado com as pessoas que não têm condições de se defender, porque eu tenho. Então desculpem eu me exaltar, mas realmente estamos num estado de coisas que é inaceitável. Acho que eu já me exaltei demais aqui.

Agradeço, peço desculpas aqui pela minha verborragia, mas acredito que a dona Sonaly, a mãe do Talles, virá aqui desabafar e eu acho que nós precisamos ouvi-la, é isso que eu peço para todos os senhores.

Muito obrigado e uma boa-noite.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) -** Eu que agradeço.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, senhora Sonaly Moraes Arneiro Neves. Seja muito bem-vinda e a senhora tem o tempo de até cinco minutos.

**A SRA. SONALY MORAES ARNEIRO NEVES** – (*Inicia a sua fala bastante emocionada.*)

Boa noite a todos. Eu me chamo Sonaly Morais Arneiro Neves, filha de Djanira Delanei, em memória, esposa de Marco Antônio Moura Neves, mãe do Taylor, do Tauã, do Talles e do Tailer. Eu falei o nome de todas essas pessoas porque eu quero falar para vocês que todos nós construímos uma história, colocamos nossos planos em prática e esse homem, o Jonas, impediu que o meu filho fizesse isso, ele impediu. Desculpem-me, talvez os senhores que estão aqui não, mas por causa de leis um homem com 28 passagens pela Polícia, sendo uma delas homicídio, foi beneficiado com a soltura e cometeu mais um homicídio. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Vera Regina Zacca*]

E eu sou leiga de leis, eu apenas sou uma dona de casa, mas eu sei que eu eduquei os meus filhos para fazer o que é certo. O Talles estava brincando com os amigos no Largo da Alfândega, lugar que turistas vêm de todo o mundo para cá. O meu filho estava morando aqui, a gente veio morar aqui fugindo da violência do Rio de Janeiro, mas poderia ter sido um turista, filhos de vocês, parentes de vocês, qualquer um de vocês. Ele estava brincando com os colegas quando esse homem importunou, segundo os relatos dos colegas, para passar a mão nas meninas e ele defendeu, repreendeu a atitude do Jonas. Segundo os colegas, o Jonas dá um tapão no rosto do meu filho. O meu filho aponta o dedo indicador para ele e diz: só não vou revidar porque a minha mãe me ensinou a te respeitar. Depois de alguns minutos, eles continuam brincando e a 10 metros mais ou menos, o meu filho já voltando para casa, ele sai da direita do meu filho, se não estou errada, onde tem um Posto Policial, alguns policiais que me desculpem, ele vai até o meu filho – quem vê a imagem vê, porque eu tive que ver as imagens para saber como aconteceu, a reportagem diz que houve uma discussão. Mas se os senhores perceberem os transeuntes, as pessoas que passam em volta, não olham para a conversa dos dois - e todos nós, se vemos algum tipo de discussão ou uma fala mais calorosa, imediatamente que olhamos, nenhuma das pessoas que passou por eles olhou, então eles não estavam numa discussão. Em um minutinho e pouco, eu não sei o que aconteceu, eu só sei que o meu filho, que fazia Jiu-Jítsu, coloca a mochila no chão. [O Jonas] pega uma faca e desfere uma única facada no peito, que foi fatal para o meu filho.

Eu estou falando isso porque eu queria que vocês soubessem da verdade do que aconteceu. Eu ensinei os meus filhos a respeitar, a sempre respeitar. Por isso que talvez o meu filho... me falaram: melhor um covarde vivo do que um herói morto, seu filho foi ingênuo. Não, meu filho foi amoroso. Eu eduquei os meus filhos para amar, eu eduquei os meus filhos para respeitar. (*Muito emocionada.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – A senhora pode continuar e tem o tempo que achar necessário.

**A SRA. SONALY MORAES ARNEIRO** –  Eu só queria que vocês entendessem que existem pessoas de rua, sim, que precisam de um trabalho e não de esmola. Tem um painel lá no semáforo, perto do posto de saúde do Mocotó, se eu não me engano, não conheço muito aqui, onde está escrito: “Não dê Esmolas”. Mas temos um restaurante aqui que dá comida de graça, essas pessoas precisam trabalhar. Você passa na Conselheiro Mafra e vê pessoas que dormem na rua todo os dias, mas que de dia levantam suas barraquinhas para trabalhar. Essas pessoas precisam, sim, de uma oportunidade, mas entre as pessoas de rua existem os marginais.

Eu não sou ninguém para falar alguma coisa, mas eu acho que essas pessoas deveriam ser catalogadas para saber quais são criminosas e quais realmente precisam de uma oportunidade; quais são interesseiras e quais são interessadas em ter uma vida melhor, porque há uma diferença.

Então, é isso o que eu quero, segurança, porque eu vim para cá para isso, eu vim para a cidade que é a segunda Capital mais segura do País, mas é a Capital que tirou o meu filho.

Era isso o que eu queria falar (*manifesta-se muito emocionada*). Desculpa.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado. A senhora pode ter absoluta certeza que esta Casa também pranteia junto com a senhora e todos aqui respeitam muito a sua dor.

Com a palavra o senhor Manoel Junior, presidente da Associação de Moradores dos Ingleses.

**O SR. MANOEL JUNIOR** – Olá, boa noite a todos. Obrigado, Deputado Estadual Sargento Lima, por esta audiência.

De fato, podemos ver que o crescimento dos moradores de rua aqui na nossa cidade é imenso. Vários comerciantes do norte da Ilha têm me falado, por exemplo: Manoel, eu tenho que abrir o meu negócio uma hora mais cedo, porque o cheiro de urina, a sujeira na porta do meu estabelecimento é muita, e preciso limpar. E aí vemos lá na praia as mulheres me falando: Manoel, a gente caminhava na praia pela manhã e agora temos preocupação, porque uma foi assaltada lá, eles brigam entre eles, deixam uma sujeira imensa.

Eu não quero me estender muito, até porque eu ia falar daquela jovem que morreu ali, também tem um caso, eu acho até que ela era uma turista, estava fazendo uma trilha e foi estuprada, conforme o vídeo que passou.

Nós temos que criar políticas para serem, de fato, efetivas e não políticas para aproveitadores, como se tem visto por aí. E temos que dar um basta nisso tudo, porque quem quer mudar de vida tem a sua oportunidade. A Prefeitura tem feito a parte dela, tem restaurante gratuito, tem dormida lá na Passarela Nego Quirido, eles têm banho. Quem quer mudar de vida pode mudar de vida, e agora as políticas têm que ser feitas com mãos de ferro para que possamos, de fato, não ver outra mãe aqui neste microfone chorando a morte do seu filho.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Obrigado, Manoel.

Com a palavra o senhor Alex Pereira, de Palhoça.

**O SR. ALEX PEREIRA** – Boa noite, Presidente Lima, em seu nome cumprimento todos da mesa e assim estendo cumprimentos a todos os presentes.

Em Palhoça não é diferente. Há quatro anos tínhamos moradores de rua no centro da cidade, hoje eles estão por todos os bairros. São brigas entre eles, são pessoas coagidas a dar dinheiro para eles, são comerciantes que têm os seus estabelecimentos sujos, pessoas que pagam seus impostos em dia tendo que chegar ao comércio às vezes quarenta minutos, cinquenta minutos antes de abrir para limpar a sujeira.

Eu vejo que tem dois problemas. Um problema eu vejo que se está tentando resolver, que é o problema social. Todas as Prefeituras aqui estão fazendo a sua parte, Polícia Civil, Policia Militar, Guarda Municipal, assistência social em conjunto e eu vejo que eles têm trabalhado, então o problema social está no caminho certo. O problema que eu vejo é que o assistencialismo tem que ter hora para começar e hora para terminar. Essas pessoas têm que ser submetidas a tratamento e, com certeza, elas têm que ser destinadas a um mercado de trabalho. Agora, se o cara não quer fazer tratamento e ele não quer ir para o mercado de trabalho, o que nós vamos fazer? Aí eu pergunto a vocês, autoridades, qual é o caminho hoje para resolver o outro problema? Qual é o outro problema hoje que eu vejo? É o problema da saúde pública, da saúde mental dessas pessoas. O que está faltando para podermos internar essas pessoas de forma compulsória? Não adianta nada, nós estamos enxugando gelo, os Municípios estão gastando fortunas para enxugar gelo.

Está muito fácil para o dependente químico ficar durante o dia usando drogas, meio-dia ele tem almoço e à noite ele tem onde dormir. Mas o que se está fazendo para melhorar? Pelo contrário, está piorando a situação, está cada dia pior por conta disso. Então, ou de fato nós conseguimos ajudar essas pessoas... Aí tem gente que fala: ah, mas o cara não tem coração, quer internar a pessoa à força. E quem tem coração é quem? As pessoas que querem ver a pessoa usando droga o dia inteiro, acabando com as suas vidas, acabando com vidas de famílias, é isso?

Então eu penso o seguinte: ou o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público conseguem, de fato, uma maneira para internar essas pessoas de forma compulsória ou as Prefeituras só vão enxugar gelo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Eu que agradeço.

Com a palavra a senhora Subcomandante da Guarda Municipal de Palhoça, Layse Santos Svaldi Almeida.

**A SRA. SUBCOMANDANTE LAYSE SANTOS SVALDI ALMEIDA** – Boa noite, senhor Deputado. Cumprimentando-o, cumprimento também todos da mesa e os presentes.

Hoje eu vim aqui apresentar para vocês o que temos feito lá na Palhoça. A Guarda Municipal já fez duas fases da Operação Noite Segura, elas duraram aproximadamente sessenta dias cada fase da operação e nesse período abordamos mais de quatrocentos moradores de rua.

Esses moradores, a maioria são homens entre 25 anos e 45 anos, 72% deles têm passagem pela Polícia. Foram feitas 27 conduções e 7 prisões em flagrante, apreendemos e recuperamos veículos, motocicletas, vários objetos de furto; foram recuperados também alicates, facas e vários outros objetos que eles portavam.

A todas essas pessoas foram oferecidas a oportunidade de se dirigirem a um abrigo, a todas elas. Três pessoas foram conduzidas ao abrigo, nenhuma delas quer ir. No abrigo eles têm regras, tem horário para entrar, a pessoa não pode estar sob efeito de álcool, nem de drogas e nenhum deles quer entrar lá nessas condições. Então eu acho muito importante que discutamos e continuemos fazendo reuniões como esta para que possamos chegar realmente a uma solução em conjunto, né? Como já foi falado, aqui em Florianópolis, em Palhoça e em São José estamos todos grudados, então o que é problema de um acaba sendo problema de todo mundo, e para que ninguém precise estar passando pela situação da mãe que ouvimos há pouco, precisamos trabalhar juntos.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado.

Com a palavra o senhor Roberto Brasiliense Machado.

**O SR. ROBERTO BRASILIENSE MACHADO** – Boa noite. Agradeço aqui a oportunidade, Deputado Sargento Lima, e cumprimento todos os presentes.

Eu sou Roberto Brasiliense, pertenço a uma associação da sociedade civil, Rede Com a Rua. Nós somos uma rede com cerca de dezesseis coletivos que apoiam as pessoas em situação de rua. Atualmente temos três frentes de trabalho: nós trabalhamos, primeiramente, com a garantia da qualidade nutricional e alimentar, para que as pessoas não tenham dificuldade de acesso à comida; a segunda ação que está empenhada nesse momento é a da transição da rua para uma casa – alguns falam em moradores em situação de rua, porém a rua não é um lugar de moradia, a rua é um local atípico de moradia –; e a terceira ação é a atuação nos Poderes Públicos, especificamente na nossa cidade voltado para a Prefeitura de Florianópolis e para a Assistência Social. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Grazielle da Silva*]

Enfim, a Rede Com a Rua tem se posicionado sempre de forma aberta a dialogar nos encaminhamentos para essa situação que já foi aqui relatada. Nós nos solidarizamos sempre com as situações atípicas, como foi relatado aqui pela mãe que teve, infelizmente, uma ação violenta. Porém, o nosso contraponto é que recentemente, em Blumenau, também tivemos um assassinato bastante violento de uma pessoa que vendia balas por um cidadão da sociedade. Portanto, as situações violentas nunca são esporádicas, elas sempre são motivadas por algum tipo de exceção que a nossa sociedade tem. Portanto, a nossa posição com o Poder Público é sempre buscar uma alternativa que inclua a população em situação de rua. Qualquer alternativa que venhamos a buscar precisa ter a inclusão das pessoas em situação de rua.

Atualmente temos uma frente, que eu chamei de transição rua-casa, que é a saída dessa condição. O primeiro movimento é a saída da rua para uma casa e está baseada num modelo mundial chamado Housing First – eu participei do seminário em Brasília, na semana passada, com outros colegas sobre esse tema –, que preconiza a saída primeiro para uma casa e a assistência, o trabalho ou acompanhamento para a transformação da realidade dessas pessoas. Então chamo o Poder Público especialmente aqui colocado, o senhor Secretário Leandro Lima, nós apresentamos também um ofício a sua Secretaria sobre o que pensamos sobre essa condição das pessoas em situação de rua, para que Florianópolis adira ao programa Housing First - Moradia Primeiro, como um caminho para o futuro dessas pessoas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Eu que agradeço.

Com a palavra a senhora Aline Sales, do Movimento da População em Situação de Rua e do Coletivo Voz das Manas.

**A SRA. ALINE SALES** – Primeiramente boa noite a todos, a todas e a “todes”.

Eu venho aqui falar que ela fez uma fala acolhedora, e teve um caso individual, em todos é assim, e eu peço para a senhora desculpas pelo ato dele. Falo que é uma grande mentira, onde que a gente tem quem acolha 500 pessoas? Na Casa de Passagem temos 35 usuários, são 6 vagas entre mulheres e trans. Gente, o que tem para as mulheres e trans em situação de rua? Então não existe esse público!

Hoje, na Passarela, eu ajudei a construir um quarto trans e um quarto de mulheres, porque não tinha. Ali nós ficamos em 500 e meu marido não estava no momento. Eu falo com o Leandro Lima, ele trata eu e a Verônica como dois lixos, eu posso falar na cara dele, sabe por quê? Porque ele não pode me prender, eu não devo para a Justiça.

Eu estou cansada, cansada! Gente, vamos trabalhar com política pública. Pega o exemplo de Curitiba, eu venho de Curitiba, eu morei numa casa de acolhimento de mulheres e trans, lá no Rebouças, e o que ele faz para a gente? A Passarela é um puxadinho de um argumento... Na pandemia eu fui com a rede, com a rua, com a Maria Cláudia, procuramos um lugar para acolher o pessoal, porque não tinha na pandemia. Eu fiquei ali um ano porque meu marido estava fora.

Então, eu estou cansada de tanta mentira. Eu sei que ouvir isso é uma coisa perplexa, triste, mas nem por isso eu vou sair tirando a vida de todo mundo. Eu peço um segundo, Deputado, para ir comigo lá na Passarela, chegar lá sem avisar, chegar de supetão para ver a realidade. Eu quero que ele veja. E várias vezes a Polícia mesmo me parou na rua, fez a abordagem, e falou: quer fazer baderna, vai para a Passarela. Isso é coisa que se...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – A senhora tem mais trinta segundos.

**A SRA. ALINE SALES** – ...é um lugar.

Gente, se estamos aqui para construir, vamos construir então. Cadê os CAPS? Não vejo nada, eu vejo uma casa que o Creta acabou, só disse que acabou, mas a Jaqueline sabe, é a mesma coisa do Creta. O que tem hoje para a gente? Fala a real...

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Senhora Aline, o seu tempo terminou. Muito obrigado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, senhora Ivone Maria Perassa, da Coordenação Nacional da Pastoral do Povo de Rua.

**A SRA. IVONE MARIA PERASSA** – Boa noite.

Esta é uma oportunidade que estamos tendo de aprofundar um tema como este, que é desafiador em nível nacional. Eu vou trazer algumas informações que são de nível estadual.

Pelo CadÚnico, que é o cadastro no qual a população de rua se inscreve, Santa Catarina hoje tem 9.584 pessoas, então nós já chegamos à casa das 9.500 pessoas no Estado. Nós temos pelo CadÚnico, do total dos Municípios do Estado, 10 Municípios que são os que mais recebem pessoas em situação de rua: Florianópolis, Joinville, Itajaí, Blumenau, Balneário Camboriú, Lages, Criciúma, São José, Tubarão e Biguaçu. São, por ordem, os que mais recebem – Palhoça está abaixo no 11º lugar na classificação. Estes 10 Municípios recebem hoje pelo CadÚnico 6.788 pessoas, pelo cadastro, a maior concentração está nestes Municípios. Os Municípios de pequeno e médio porte, outros que eu não citei, são Municípios que não sabem o que fazer com as pessoas em situação de rua. É comum ouvir nas reuniões dos Municípios que não se sabe o que fazer e como nós não sabemos o que fazer, nós encaminhamos aos Municípios onde tem algum tipo de atendimento. Eu ouço isso muitas vezes.

Então, quando nós ouvimos que as pessoas estão chegando, que as pessoas estão vindo, que as cidades estão inchando, grande número são catarinenses, lá na ponta não se sabe o que fazer com eles e o maior investimento é em passagem. Basta se levantar esse cálculo, é fácil de chegar a esse resultado, porque não tem nenhum tipo de atendimento.

Então penso que esse é um grande desafio no nosso Estado. Nós não temos nenhum tipo de política pública no Estado voltada para essa população e é preciso que o governo, que o Estado, que a Secretaria de Assistência Social pense em política pública e assessore os Municípios que estão perdidos. As pessoas estão cansadas, e aí o cansaço está lá no Município de pequeno e médio porte, mas também está aqui, porque as pessoas também não sabem o que fazer com esse fluxo gigantesco.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – A senhora tem mais trinta segundos para concluir.

**A SRA. IVONE MARIA PERASSA** – Perfeito.

Quero ditar a última informação. Eu trabalho em uma organização social e nós, por conta, por investimento próprio de captação, por voluntariado, temos hoje 27 pessoas em estágio crônico de rua incluídas na moradia, porque nós queremos construir com Santa Catarina o programa e uma política pública que seja estruturante dessas vidas. Caso contrário, nós vamos jogar dinheiro fora de novo...

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado.

Registro a presença do senhor Juca Martins, da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia de Florianópolis.

Com a palavra o senhor Rodrigo Marques, presidente do Conseg do Centro de Florianópolis.

**O SR. RODRIGO MARQUES** – Boa noite. Quero parabenizar esta Casa por essa discussão e agradecer a cada um dos senhores e das senhoras que aqui estão.

É fundamental que a sociedade civil discuta um assunto que não é de Florianópolis, é um problema mundial. Mais que tudo, é um problema que envolve pessoas. Quando nós falamos em pessoas, nós devemos falar não só em pessoas em situação de rua, Deputado, mas da sociedade de um modo geral que sofre com essa mazela.

Queria dizer que nós falhamos miseravelmente quando falamos de políticas públicas, nós falhamos mais ainda quando tomamos políticas públicas erradas. Em 2009, Deputado Marquito, foi feita a Política Nacional de Pessoas em Situação de Rua, em 2012 nós tínhamos 96 mil pessoas em situação de rua e hoje nós temos 281 mil. Então, até onde realmente escrever, pedir cada vez mais e dizer que não tem serviço é a realidade?

Em Florianópolis – e eu fiz esse trabalho para a antropologia da UFSC – nós temos 31 serviços, entre serviços exclusivos e não exclusivos a pessoas em situação de rua e custa caro, muito caro. Todos nós pagamos, inclusive as pessoas em situação de rua. Isso tem que ser dito à sociedade, porque muitos trabalhadores não têm quatro refeições por dia como nós temos na Passarela, não tem a condição que, muitas vezes, é dada a essas pessoas para ouvirmos, como nós ouvimos aqui, que não tem nada. Tem e tem, sim!

E tem mais. Eu queria fazer uma correção em nome da mãe do menino Talles que passou por essa tragédia, que lamentavelmente a palavra “exceção” ou o termo “um ato individual” não se aplicam. O que houve foi um crime e tal como um crime, deve ser punido e evitado sob qualquer hipótese. Eu não aceito esse tipo de argumento, porque antes de tudo é um desrespeito com uma mãe que ali está.

Queria dizer também que é um fato, nós temos 9 mil pessoas em situação de rua em Santa Catarina. É verdade, sem dúvida nenhuma. Agora, o ponto principal que nós temos que olhar é que não é só em Santa Catarina, são 281 mil no Brasil, e por que elas estão na rua? Por que elas não querem acolhimento? Nós ouvimos muitos senhores e muitas senhoras falarem, e existe um negócio que a sociedade precisa discutir: esmolas. Facilidade nas ruas cria nada mais, nada menos, do que correntes para que essas pessoas não queiram sair da rua. E esse fato tem que ser dito para a sociedade, pois quando nós queremos ser humanitários e caridosos – e devemos ser, vejo muitos aqui que fazem esse trabalho de forma anônima, o Deputado inclusive –, simplesmente entendam que dar esmolas significa acorrentar pessoas às ruas.

Então nós precisamos mudar, sim, discutir bastante e mais que tudo, se me permite, acabar com o suicídio assistido. Talvez muitos dos senhores e das senhoras que estão nos ouvindo não sabem, mas boa parte desse dinheiro, e digo isso porque estou nas ruas há mais de sete anos só pela Força-Tarefa DOA, vai para drogas e álcool. Essa é uma realidade dita pelas próprias pessoas que estão em situação de rua. Fica o recado.

Muito obrigado pela oportunidade. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Leitura: Vera Regina Zacca*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Eu que agradeço.

Com a palavra o próximo orador inscrito, senhor André Scheifer, do Movimento População de Rua.

**O SR. ANDRÉ SCHEIFER** – Boa noite a todos e a todas.

Primeiramente eu gostaria de poder falar para a mãe do Talles que qualquer palavra que eu fale aqui não vai trazer o seu filho de volta, mas eu me senti muito acolhido pela sua fala. O Movimento Pop Rua não defende pessoas que cometem crime. Concordo. E quem comete crime, tem que pagar pela própria Justiça, concordo. Mas não é só a rua, nós, em nenhum momento, falamos da mãe do companheiro Geovani, lá de Blumenau. O Geovani, da população de rua, que levou dez facadas pelas costas e oito pela frente, com laudo, mas em nenhum momento foi falado sobre isso, em nenhum momento se falou da família dele. E quem cometeu o crime? Um pai de família politicamente correto que estava com uma criança do lado.

Eu não vim aqui para brigar, mas eu também não posso concordar com o que estão querendo fazer, criminalizar toda a população de rua. Sim, existem pessoas que roubam? Violentas? Sim. Mas não é a rua, é a própria sociedade, porque nós também tivemos dezesseis Prefeitos presos neste Estado. Então, não é só a rua que comete crime, dezesseis Prefeitos foram presos na maior máfia.

Vocês querem falar sobre política pública mesmo? Vamos construir juntos, deixar nossas diferenças de lado, sabe? Deixar bandeiras partidárias e vamos construir juntos. Devemos falar politicamente não só por uma parte da própria sociedade. Falar que a população de rua usa droga, ela usa droga, como todo o contexto da própria sociedade usa droga. Jovens brancos, filhos, também usam drogas. Tragam-me dados de quantos jovens brancos no verão, lá no norte da Ilha, cometem crimes. Vocês nunca apresentam esses dados, vocês apresentam dados contra a população de rua. Isso é muito fácil, é permitir quem pode cometer crime ou não.

Vamos falar sobre moradia em primeiro lugar, geração de renda. Chega de usar esses espaços para trazer plateia, holofote. Vamos, façam política mesmo... mil vagas. Apresentem mil vagas na Capital. Eu aposto, eu desafio se tem mil vagas, uma Capital que não tem casa de acolhimento para mulheres. Não tem! Eu aposto, eu desafio, mostrem-se mil vagas. Não tem mil vagas e eu provo isso.

Então, vamos deixar o egocentrismo de lado e construir uma política estadual. Eu acho que todas as partes precisam ceder, caso contrário, vai ter mãe perdendo filho...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – O senhor tem mais trinta segundos para a conclusão.

**O SR. ANDRÉ SCHEIFER** – Não pode ser só uma parte. Não podemos usar situações para nos autopromover. Não podemos falar sobre bolsão de rua só com segurança pública.

A companheira Susy também morreu pelo próprio descaso. Quando a Passarela Nego Quirido mudou para aquele prédio, de um dia para o outro teve uma menina que morreu lá dentro. Se eu estiver errado me provem, mas eu estou certo...

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado.

Com a palavra o senhor Juca Martins Nunes Cardoso, da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia de Florianópolis.

**O SR. JUCA MARTINS NUNES CARDOSO** – Boa tarde a todos.

Gostaria de prestar meus sentimentos à mãe do jovem Talles, que se disponibilizou a vir aqui falar sobre uma pauta tão latente na nossa sociedade hoje. Queria parabenizar também os meus colegas de Prefeitura, o Sargento Lima que está aqui hoje para engrossarmos esse caldo.

As causas que estão colocadas todos aqui já sabem, todos viram os vídeos, muitas pessoas aqui já viram falar. Mas eu venho aqui falar de algo muito importante e aproveitar que o debate, é em âmbito estadual e regional, para vir aqui, Deputado, pedir recursos para a Prefeitura de Florianópolis.

Talvez esse seja um grande ato para colaborar com aquilo que nós tanto tentamos fazer no dia a dia. Está aqui o Rodrigo como prova, o Comandante Araújo, o nosso Secretário Leandro Lima, tentamos e tentamos muito fazer as políticas públicas darem certo, tanto é que são 31 serviços disponibilizados para atendermos essas pessoas, mas nós tínhamos verba para *x* e hoje nós temos oito vezes mais do que nós podemos atender. Então, não adianta termos política pública para recebermos efetivos da Guarda Municipal, da Polícia Militar, sendo que faltam recursos para termos mais efetividade e conseguirmos melhorar essa situação.

Eu faço a interlocução com diversos comerciantes do centro e de outras regiões, assim como moradores, como o Poder Público e realmente é algo que está insustentável, as pessoas olham, transitam pelo centro e realmente não aguentam mais, talvez seja um dos piores calcanhares que a nossa cidade, que é tão maravilhosa, tem tido nesses últimos dois anos, com o agravante da pandemia agora.

Nós sabemos que é uma pauta muito delicada, mas dia após dia nós estamos aqui para lutar, com o apoio de todos. Temos aqui entidades representadas pela Acif, o nosso amigo Célio, pela CDL também, e a classe empresarial sabe o quanto isso afeta o comércio no dia a dia.

Obrigado a todos pela oportunidade e fica a sugestão da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Eu agradeço.

Encerramos a primeira rodada de inscritos. Esta é uma audiência pública na qual o povo realmente vem e tem espaço para se manifestar, qualquer coisa diferente disso não é audiência pública.

Agora passo a palavra à mesa, aos interessados que queiram se manifestar. Tendo em vista que muitos aqui estão representando, e isso é importante, cada um o seu segmento, o Município, a Segurança Pública estadual, a Segurança Pública municipal, o assistencialismo do próprio Estado, do próprio Parlamento, aqui representado por dois Deputados, o tempo dos senhores será de cinco minutos.

Com a palavra o Deputado Marquito.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Obrigado, Deputado Sargento Lima, mas eu quero falar no final, auxiliar vossa excelência nos encaminhamentos.

Acho que a tarefa da audiência pública, antes de tudo, é ouvir as posições, os contrapontos e, neste momento, nesta posição enquanto Deputado Estadual, eu gostaria de fazer a minha manifestação ao final, já com propostas de encaminhamento para que nós tomemos também tarefas aqui do Parlamento para essa situação que está colocada aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Temos um acordo.

Com a palavra o senhor Comandante do 1º Comando Regional da Polícia Militar de Florianópolis, Coronel Dante da Costa Chierighini.

**O SR. COMANDANTE CORONEL DANTE DA COSTA CHIERIGHINI** –Boa noite a todos, boa noite, Deputados e membros da mesa. Sou o Coronel Chierighini, sou Comandante do 1º Comando Regional da Polícia Militar de Florianópolis.

O problema dos moradores em situação de rua não é um problema só de Florianópolis, não é um problema só do Estado de Santa Catarina. Em todos os lugares por onde nós passamos verificamos que esta não é só uma demanda minha, outros Comandantes de outros Batalhões, de outras regiões, certamente vivem essa situação, pois a população de rua sempre é uma demanda apresentada para a Polícia Militar e para os órgãos de segurança pública de maneira geral. E a Polícia Militar, como instituição cuja missão é proteger as pessoas sem importar a condição social, a religião, o partido, a Polícia Militar existe para proteger as pessoas e nós precisamos proteger todas: as em situação de rua, nós precisamos proteger o comerciante que tem a sua atividade prejudicada, muitas vezes pelas pessoas em situação de rua, como já foi dito aqui, nós precisamos proteger os funcionários da Prefeitura, muitas vezes a Assistência Social, para que eles executem o trabalho deles.

Então, a Polícia Militar sempre foi e continuará parceira para as políticas públicas que forem adotadas. Nós sempre pedimos para participar do processo, porque a Polícia Militar sabe o que acontece na rua, normalmente as pessoas não conhecem a realidade, a parte feia da realidade. E a Polícia Militar conhece, porque a Polícia Militar está em todo lugar, a toda hora, todos os dias da semana. Nós conhecemos e certamente a nossa experiência e a nossa vivência vai contribuir bastante para a efetividade dos encaminhamentos que se pensar fazer.

Então, a minha contribuição é no sentido de dizer: contem com a Polícia Militar. A Polícia Militar está sempre disposta e à disposição. Com certeza muitas pessoas aqui já procuraram a Polícia Militar como parceira para várias atividades e, com certeza, nós auxiliamos e participamos efetivamente de todas elas.

O meu recado é esse: contem sempre com a Polícia Militar, porque essa instituição serve para proteger as pessoas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado, Coronel.

Com a palavra o senhor Promotor de Justiça da Comarca da Capital, Daniel Paladino. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Vera Regina Zacca / Leitura Final: Grazielle da Silva*]

**O SR. PROMOTOR DANIEL PALADINO** – O meu boa-noite a todos e a todas.

Eu cumprimento e saúdo o Deputado Sargento Lima por estar conduzindo sempre com o habitual brilhantismo esta audiência pública e, assim, eu também estendo os meus cumprimentos a todos e a todas que compõem a mesa e todos que se fazem presentes.

Como bem colocado por todos, é uma questão bastante complexa, bastante sensível, bastante delicada, Deputado Marquito, e nós temos que tratar isso de uma forma bastante profunda, uma forma responsável e não de uma forma rasa e superficial.

Eu penso que a construção sempre foi a palavra de ordem e é sempre o caminho convergente para que nós possamos, evidentemente, achar as melhores formas de lidar com esse problema, que não é nosso, já foi dito aqui a exaustão, é um problema mundial, global e ninguém teve a felicidade de achar uma solução fácil ou uma varinha de condão para resolver todo esse complexo problema.

Quero deixar registrado aqui que essa questão da construção tem que se dar não apenas na retórica, não apenas na verborragia, ela tem que estar presente nas ações diárias, nas ações práticas. Eu lembro, Deputado Sargento Lima, que desde que eu assumi a Promotoria de Direitos Humanos e Cidadania aqui da Capital, em 2013, o meu gabinete sempre esteve à disposição para receber as pessoas, sejam elas de movimentos, da própria comunidade ou de órgãos públicos, e assim sempre foi feito.

Porém, eu tive algumas desilusões, Deputado Marquito, eu me senti traído em alguns momentos quando me coloquei à disposição para a construção e as pessoas, que naquele primeiro momento eu achava que estavam comigo para construir, de certa forma acabaram me apunhalando pelas costas. Lembro-me muito bem de um dia em que eu recebi um grupo de pessoas que pediram apoio ao Ministério Público e esse apoio foi oferecido, porém essas mesmas pessoas, no dia seguinte, Deputados, foram até a Corregedoria do Ministério Público me denunciar porque eu, num domingo chuvoso, supostamente teria me dirigido até o centro da cidade, com policiais militares e com a Guarda Municipal, para agredir pessoas em situação de rua e idosos, inclusive com choques elétricos. Essa foi uma denúncia bastante grave, obviamente que foi rejeitada pela Corregedoria, inclusive recebi a orientação de que poderia denunciar essas pessoas por crime de denunciação caluniosa.

De outra feita também recebi um grupo que se dispunha, em tese, a construir junto com o Ministério Público e com a sociedade, sendo que no dia seguinte ao dia em que eu os recebi em meu gabinete, em audiência pública, essas pessoas – ou particularmente uma delas – disse que o Promotor de Justiça, referindo-se à minha pessoa, era um violador do direito das pessoas em situação de rua. Aliás, fala que mereceu inclusive uma resposta da Associação Catarinense do Ministério Público nos veículos de mídia aqui da cidade e do Estado.

Então, eu acho louvável que nós tenhamos essa construção. E não sou apenas eu que me disponho, nós temos aqui um grupo de abnegados que trabalham nessa construção. O Deputado Marquito sabe do nosso empenho em dialogar com todos. Penso que Florianópolis, diferentemente de muitas cidades, está à frente na oferta de serviços e equipamentos para a população em situação de rua. É o cenário ideal? Não é, obviamente. Nós não podemos achar que aqui nós estamos numa Noruega, numa Dinamarca, porém já se oferece bastante.

Na minha percepção, Deputado Marquito, a esmola não é o melhor caminho. Aprisionar, acorrentar essas pessoas a uma situação eterna de rua não é o melhor caminho. Nós precisamos estimulá-las, despertá-las para que possam ser as condutoras das próprias vidas. Isso, sim, no meu entender, é oferecer dignidade, é oferecer ressocialização. Evidentemente que durante um tempo elas precisarão do apoio da sociedade, do apoio do Estado e esse apoio penso estar disponível, mas essas pessoas têm que ser despertadas para o fato de que elas precisam ser as gestoras das suas vidas. Elas não podem, *ad aeternum*, *ad infinitum*, dependerem da esmola alheia. Esse, inclusive, é um termo pejorativo, indigno, e nós precisamos realmente entender o que é dignidade, o que é ressocialização.

E nós, do Ministério Público, eu, em particular, reafirmo o meu compromisso de construir junto com os movimentos sociais, com a sociedade civil e com os órgãos públicos, como nós já o fazemos dentro da Força-Tarefa DOA.

Esse seria o meu pronunciamento. Agradeço a todos e que tenhamos mais audiências e eventos como este, no qual possamos realmente trabalhar e estimular o bom debate.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado, doutor Paladino.

Com a palavra a senhora Secretária Municipal de Assistência Social de São José, Rita de Cássia Faversani Furtado.

**A SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL RITA DE CÁSSIA FAVERSANI FURTADO (São José/SC)** – Boa noite a todos e a todas; boa noite, Sargento Lima.

Destaco a importância desses momentos para a construção de políticas públicas e também gostaria de reafirmar as palavras da dona Ivone, sobre a importância do CadÚnico como um cadastro que representa dados oficiais de todos os serviços da área da assistência social no Brasil.

Em São José nós temos hoje, no CadÚnico, 278 pessoas em situação de rua. Nós temos o cadastro dentro do Centro Pop e temos a busca ativa para que possamos fazer esses registros. O cadastro dá todo o tipo de dado e são dados oficiais: sexo, origem, idade, escolaridade, profissão, e isso nos permite realizar um trabalho.

Acredito, e foi falado aqui no princípio, que era um problema grave no Estado, mas como foi dito depois, é um problema mundial. Eu acho que a solução que a sociedade de uma maneira geral busca não existe. O que escutamos muitas vezes é: como nós vamos resolver o problema? Terminar com essa situação é para além da condição da pessoa em situação de rua, porque existem *n* outras situações, condições humanas como a comercialização de droga ou outros tipos de violência que levam essas pessoas a estarem na rua. É uma situação atípica, realmente atípica, porque ninguém, ninguém consegue entender como uma pessoa escolhe a rua.

Dados oficiais que nós temos, de pesquisas realizadas no Município de São José, trazem que a razão é a liberdade. Que liberdade é essa que condiciona uma pessoa a ficar sofrendo todo tipo de violência, muitas vezes não conseguindo aderir aos serviços?

A gente sempre procura colocar no Município de São José que nós não somos Segurança Pública, que nós não somos Secretaria de Saúde, política pública de saúde, que nós não somos infraestrutura e serviços públicos e que nós precisamos ter esse contato com essas pessoas para executar o nosso trabalho de uma forma respeitosa, dialogando com todos os segmentos da sociedade, entendendo.

Eu venho da iniciativa privada e sei o que isso significa para um empresário. Nós temos procurado executar essa política da melhor maneira possível. Lembro que o Sistema Único de Assistência Social tem todo um trabalho de prevenção e muitas vezes trabalhamos só no efeito das condições humanas dessas pessoas, dessas famílias.

Então, um sonho que eu tenho é ver a Política de Assistência Social sendo executada na sua plenitude, com toda a eficiência, para nós podermos avaliar esse resultado. E isso só vamos conseguir, é o que temos buscado fazer no Município de São José, com a parceria das outras Secretarias setoriais, com a ampliação do quadro da Assistência Social, com capacitações, com a presença efetiva do Estado, que precisa organizar a Secretaria de Assistência Social para que ela possa dar suporte aos Municípios e, assim, proporcionar uma condição melhor de trabalho.

Então, é uma tarefa muito difícil e sem diálogos como este nós não vamos chegar a lugar nenhum. Espero que saiamos daqui com um olhar para construir verdadeiramente essa política e minimizar essa situação que tanto tem afetado as pessoas, as famílias, os Municípios, as cidades, os Estados e o País.

Obrigada pela oportunidade e boa noite.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Muito obrigado, Secretária.

Eu assumo a presidência dos trabalhos temporariamente.

Com a palavra o senhor Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública de Florianópolis, Coronel Carlos Alberto de Araújo Gomes Junior.

**O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL CORONEL CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR (Florianópolis/SC)** – Boa noite a todos, é um prazer enorme estar aqui.

Saúdo a todos e em especial a Sonaly, mãe do Talles, que com o seu depoimento emocionado a todos nós emocionou, evidenciando a perspectiva da violência relacionada à questão das pessoas em situação de rua, uma violência que vitimiza inclusive a população de rua e expõe jovens, mulheres e crianças a riscos, a apreensões e a medos que não são justos. Na verdade, revela a ponta de um problema complexo.

Nós verificamos nas áreas comerciais a rotina de medo e apreensão das trabalhadoras do comércio que precisam, depois de saírem de madrugada de casa, se defrontar muitas vezes com um verdadeiro périplo, uma verdadeira odisseia para conseguir simplesmente abrir o seu estabelecimento e começar a ganhar o seu dinheiro, muitas vezes suado na forma de comissões, para levar o seu sustento para casa. E envolve também jovens que saem das escolas, envolve idosos que vão às feiras, às farmácias e às igrejas e acabam se tornando vulneráveis a essa situação.

A verdade é que não há uma população de rua, mas múltiplas populações de rua, e diferenciar isso talvez seja um balizador, para que a gente trate os diferentes na medida e na justiça das suas diferenças. A população de rua pode se diferenciar pela causa ou pelo motivo que a leve a estar nessa situação. Nós temos pessoas com sérios problemas de saúde mental, temos dependentes de drogas ilícitas e de álcool, egressos do sistema prisional, desafortunados e vítimas do sistema econômico ou da dificuldade das políticas habitacionais, cada grupo diferente e diferenciado nos seus problemas e nas suas abordagens.

Também convém lembrar, e é justo fazer isso, que essa população se diferencia pelo posicionamento e pela capacidade de se posicionar perante a sociedade e o Estado. Há os que querem ajuda, buscam e aceitam; há os que não querem ajuda, recusam-na de maneira veemente e sistemática; e há aqueles que não têm condições de decidir, e não reconhecer isso talvez seja um grande erro. Em comum entre eles nós encontramos as fragilidades na aplicação de boas políticas públicas, mas também vale a pena destacar os obstáculos impostos por políticas de aplicabilidade discutível. A política de despenalização do uso de drogas, a política antimanicomial e a política de desencarceramento sistemático, e muitas vezes sem critério, eu cito como algumas das principais. [*Transcrição: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura: Marivânia Pizzi*]

Em Florianópolis há duas frentes de atuação: de um lado a abordagem que tem a perspectiva da população de rua como vulnerável. Isso é muito bem articulado, mobilizado pela área da assistência social com o Secretário Leandro, que daqui a pouco vai falar, e com os investimentos que, de forma crescente, têm empoderado e qualificado esse serviço. A outra, que tem a perspectiva dos jovens, das mulheres, das crianças, dos idosos e dos portadores de deficiência física como populações vulneráveis ante uma violência, uma agressividade e um comportamento antissocial crescente da população de rua. A segurança e a ordem pública que tratam delas se baseiam em duas grandes ideias: a primeira é de que a cidade é de todos e que os seus equipamentos sociais, os seus equipamentos de serviço, os seus espaços públicos não podem ser monopolizados por apenas uma parcela pequena da população, por mais vulnerável que seja, porque é por definição um espaço de compartilhamento.

É absolutamente questionável ver um idoso, ver uma criança do lado de fora de um ponto de ônibus enquanto alguém altera a função dele para tornar um lar transitório, muitas vezes em condições de higiene extremamente complicadas.

Enxergamos também que ninguém pode ser obrigado a dar, doar, conceder esmolas de qualquer tipo. É um direito não fazer isso, caso a sua consciência assim determine. Nós, da Prefeitura, somos contra que se concedam esmolas, porque nós entendemos que não há melhor abordagem a essas pessoas do que a de profissionais e a busca pelos equipamentos públicos, do que dar a essas pessoas a única possibilidade de saírem da rua, que é serem abordadas por um profissional que seja treinado, formado para fazer isso.

Concluindo, enxergamos a necessidade de mediar esses direitos, de proteger todos os vulneráveis – e quando eu digo todos, são todas as populações – e exercer esse papel protetivo do Estado como um dever em relação a todos. Florianópolis já investiu e está investindo cada vez mais para qualificar as oportunidades, mas se por um lado fará isso oferecendo cada vez mais oportunidades de ajuda, por outro também fará isso estando presente e regulando a convivência e o compartilhamento da cidade através da aplicação da lei, quando isso se mostre justo, oportuno e necessário. Está certo?

Muito obrigado pela oportunidade e parabéns pela iniciativa, mas em especial cumprimento o Deputado Sargento Lima pela condução brilhante, adequada e produtiva com que vem tratando esse tema nesta audiência.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado, Comandante.

Com a palavra o senhor Secretário Municipal de Assistência Social de Florianópolis, Leandro Antônio Soares Lima.

**O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA (Florianópolis/SC)** – Boa noite a todos. Cumprimento especialmente o Deputado Sargento Lima pela oportunidade de fala, pela grandeza do momento e pela importância do tema e, também, pela coragem em se dispor a ouvir e a falar sobre um tema tão importante e tão complexo como este. Quero cumprimentar o Coronel Paixão, Secretário Adjunto e também a Subsecretária Rose, e em nome de vocês dois cumprimento todos os servidores, os gerentes e os diretores da Secretaria de Assistência Social do Município que se encontram aqui, e também estendo um abraço a todos os operadores da assistência social da nossa cidade e do nosso Estado que fazem um trabalho absolutamente diferencial.

Primeiro, eu me sinto na obrigação, Deputado, de lhe informar que na noite de ontem nós tivemos 463 pessoas abrigadas em Florianópolis e digo onde: 250 pessoas na Passarela, 101 pessoas num hotel social, 22 pessoas na Casa de Passagem do centro, 20 pessoas na Casa de Acolhimento do centro, na rua General Bittencourt, 30 pessoas na Casa de Acolhimento do Continente e 40 pessoas no Albergue Manoel Galdino, totalizando 463 pessoas recolhidas na noite de ontem. Esse número muda de noite para noite, mas fica nessa média. Levando em consideração, por exemplo, que no dia em que aconteceu a Fenaostra e o Folianópolis nós tivemos 330 pessoas recolhidas na Passarela naquela noite, sem nenhum tipo de intercorrência.

Também informo que os dados oficiais da nossa pesquisa, denominada censo, apontam 968 pessoas cadastradas, identificadas em Florianópolis, e dessas, 845 são de outras cidades, apenas 123 são de Florianópolis. Ainda levando em consideração os limites próximos de Florianópolis – São José, Palhoça e Biguaçu –, destaca-se que das 968 pessoas, 667 são de outros Estados, dando conta da necessidade de haver um equilíbrio no repasse de recursos, porque algumas cidades estão recebendo uma demanda além da sua capacidade.

Além dessas 968 pessoas, nós também registramos que foram emitidas 677 passagens de retorno somente no ano de 2023. E não foram passagens de recolher a pessoa, receber e colocar lá na rodoviária. Cada procedimento desse, cada passagem deferida dessa, se deu por meio de um processo de escuta, via CRAS ou Centro POP, ou seja, as pessoas não foram simplesmente devolvidas ou encaminhadas para outras cidades. Falo isso porque na tarde de hoje uma ambulância de Nova Trento adentrou o estacionamento da Passarela da Cidadania, doutor Paladino, insistindo para que nós ficássemos com os pacientes de dentro da ambulância, sem nenhum tipo de encaminhamento.

Então, isso tem acontecido com certa frequência e essa discussão é extremamente importante para que nós possamos, de fato, trabalhar. Como se falou bastante em enxugar gelo aqui, os trabalhos e as propostas estão avançando, mas é necessário, sobretudo, que organizemos a entrada de pessoas de qualquer cidade, ou de qualquer Estado, ou de outro país na nossa cidade.

Foram realizadas 14.503 abordagens pelos serviços da Prefeitura durante este ano. Também repasso aqui para o senhor uma campanha já falada anteriormente pelo Deputado Marquito, sobre não dar esmolas. E por que não dar esmolas? Todos os serviços estão colocados aqui dentro, inclusive os telefones para contato, e reitero o já dito pelo doutor Paladino e pelo Rodrigo, que foi muito bem colocado, que dar esmolas mantém as pessoas na rua e não há nenhum tipo de dignidade.

Da nossa parte vemos que a rua não dá dignidade para ninguém, nós precisamos de fato ofertar espaços e oportunidades para que a pessoa possa se refazer de qualquer forma. Em nome disso, chamo a atenção para a questão do diálogo. É extremamente importante dialogar, mas o diálogo e a experiência dialógica pressupõem a capacidade de falar e também a capacidade de ouvir. Isso é responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Senhor Leandro, pelo fato de o senhor estar à frente dessa Secretaria, que é a temática de hoje, o senhor terá o tempo que achar necessário.

**O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA (Florianópolis/SC)** – Obrigado, Deputado.

Em nome disso, dirijo-me à dona Ivone para falar da importância que tem sido dialogar, da seriedade com que dialogamos, e mesmo divergindo há a construção de diálogo. Então, muito obrigado. A sua proposta encaminhada, da moradia primeira, é uma proposta que somada às outras ações, em rede, pode colaborar para que nós entendamos um pouco mais dessa complexa dinâmica envolvendo as pessoas em situação de rua.

E sobre a Passarela, em respeito à Luiza, que está aqui e é a coordenadora técnica da Passarela, quero dizer que muitas e muitas coisas têm melhorado na atuação da Passarela. Receber de 250 pessoas a 330 pessoas de um dia para o outro mostra o quanto ela está, de forma diferenciada, sendo preparada para essa missão. E não há nenhum problema que os usuários da Passarela colaborem na sua manutenção e na sua melhoria. Eu testemunhei, Coronel Paixão, alguns usuários da Passarela pintando a própria Passarela. Isso faz parte de um processo pedagógico de construção e de pertencimento. Todos fazem parte da solução.

Também é interessante que essa discussão se dê à frente, levando em consideração a ADPF 976, que traz uma série de determinações e responsabilidades. Quase não assusta em nada o Município de Florianópolis, o doutor Paladino falou bem, a cidade tem uma estrutura de atendimento bastante interessante, mais focada no acolhimento, no abrigo, na moradia primeira, no entendimento de que, de fato, a rua é um local onde ninguém deve ficar. E reitero, nesse sentido a cidade ofereceu na noite de ontem abrigo para 463 pessoas.

Além disso, há que se discutir também o fechamento do Hospital de Custódia. Há uma resolução do CNJ em andamento e o fechamento do Hospital de Custódia, dadas as circunstâncias daquela unidade – que conheço bem, trabalhei lá, fui gestor lá –, com aquelas pessoas todas que serão colocadas para atendimento de saúde mental, pelo fato dos crimes associados à doença mental não estarem sendo devidamente esclarecidos, essas pessoas, por conta da natureza dos seus crimes, não voltarão para as suas cidades, para as suas comunidades. A maioria dos crimes aconteceu envolvendo familiares e as próprias comunidades de origem, ou seja, essas pessoas vão acabar ficando em Florianópolis ou em São José, no máximo, Secretário. Então, há a necessidade de se discutir isso de uma maneira bastante clara, porque teremos mais de oitenta pessoas sendo simplesmente liberadas no Hospital de Custódia. Na medida do possível, se o Parlamento puder nos ajudar nesse encaminhamento, é bastante importante.

Para finalizar a minha fala, nós estamos trabalhando em alguns projetos, Deputado, no sentido de que as pessoas tenham um local adequado para passar o dia, um Centro de Convivência Dia. Uma equipe multidisciplinar vai atuar justamente no trabalho de abordagem dessas pessoas, intervindo, sabendo quem são, restaurando vínculos, em capacitação profissional, vamos trabalhar em contrapartidas, com padaria industrial, com marcenaria. Ontem, através do sindicato dos... não sei exatamente o nome, mas o sindicato das pessoas que trabalham em reposição de supermercados de São José esteve em Florianópolis e abriu 45 vagas para a contratação de pessoas em situação de rua na Passarela. E, ontem, 30 delas começaram a trabalhar, com todos os seus documentos em dia, numa articulação da Passarela com o Centro POP.

Essa é uma demonstração clara de que já iniciou esse trabalho de ressocialização, de restabelecimento, de reabilitação social e econômica dessas pessoas, para que uma vez acontecendo a capacitação profissional e a reabilitação social e econômica, se possa restabelecer vínculos e essas pessoas possam restabelecer o seu contato com as famílias, com as comunidades e, com isso, voltar a ter uma vida diferente. Sim, nós estamos trabalhando para diminuir as pessoas em situação de rua. Sem nenhum medo de falar, é a situação de rua que nos assusta, não a quantidade de pessoas, mas a situação de estarem desabrigadas e vivendo em um espaço que não acrescenta nada de dignidade ao seu dia a dia.

Então, Deputado, eu termino a minha fala dizendo que uma série de processos e projetos estão em andamento nesse sentido e o convido para conhecer todos os equipamentos, inclusive a Passarela já aqui citada, bem como os outros equipamentos que funcionam aqui na cidade de Florianópolis. E convido a Secretaria, para que eu possa apresentar com mais detalhes para o senhor, o Deputado Marquito e todos os Deputados que quiserem entender a dinâmica e o funcionamento da Assistência Social na cidade de Florianópolis.

E mais, chamo a atenção de que a quantidade de pessoas que estão se dirigindo a Florianópolis é muito maior do que nós esperávamos. Eu e o Coronel Araújo já trabalhamos juntos em outra situação e tenho certeza de que nós vamos conseguir continuar desempenhando esse trabalho de parceria, mas nós dois estamos muito preocupados com a quantidade de pessoas que chegam a Florianópolis todos os dias e assumem essa posição de rua ou de pedir abrigo, inclusive de outros países, nós temos quase cinquenta estrangeiros com crianças abrigados em Florianópolis.

Então, nós estamos falando de uma situação muito complexa a qual, de fato, precisamos deixar a ideologia de lado, a política de lado e resolver juntos.

Agradeço ao senhor mais uma vez pela grandeza de propor essa discussão e me coloco à disposição para qualquer outra conversa se necessário for.

Muito obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Eu que fico muito agradecido, Secretário.

Antes de passar a palavra ao Deputado Marquito eu quero falar da minha alegria em estar dividindo este espaço, hoje, com esse Deputado. Nós tivemos uma audiência pública no norte da Ilha na qual conversamos sobre uma situação da Casan, de água, para vocês verem como não existe aqui uma balança que pende para a esquerda, ou para a direita, ou para o centro. O Parlamento está muito alinhado, muito afinado na resolução das questões, tão logo elas vão surgindo na nossa frente. [*Transcrição*: *Marivânia Pizzi* */ Leitura*: *Djonathan Costa*]

Então, eu fico muito contente de ter como colega de Parlamento o Deputado Marquito. Fico feliz de, mais uma vez, quando os assuntos não são tão adocicados e afetam todos, e sempre sobra para os extremos, nós abordarmos e oferecermos uma oportunidade de estarmos junto com vocês que realmente sentem essa pressão, juntamente com o comércio e com a indústria da cidade de Florianópolis, da cidade de Joinville, com os próprios moradores que estão aqui também tendo a sua vez, tendo a sua voz, tendo essa oportunidade de se apresentar. Isso é importante para nós.

Mais uma vez reforço, Deputado Marquito, a alegria de estarmos trabalhando juntos em mais uma audiência pública.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Obrigado, Deputado Sargento Lima, é assim mesmo que se constroem as democracias, com as diferenças, mas podendo, através de instrumentos como a Assembleia Legislativa, fazer debates comprometidos justamente com encaminhamentos concretos, assim como foi chamada a audiência pública.

Inicialmente eu me solidarizo profundamente com a mãe que esteve aqui relatando a perda do seu filho e, em nome dela, quero também estender a minha solidariedade a todas as mães que perderam os seus filhos por circunstâncias extremas de violência, seja em que situação for, pois me coloco nessa condição também como pai de três crianças, pois ninguém deseja isso para nenhum dos nossos entes. Quero deixar aqui a minha solidariedade.

Eu me coloco numa situação em que ninguém gostaria de estar ao fazer este debate. Numa sociedade justa e equilibrada certamente não teríamos essa profunda preocupação com as pessoas que não conseguem garantir a sua dignidade humana, pois que as condições colocadas não as garantem. Essas pessoas que aqui denominamos como “população em situação de rua”, certamente são pessoas que não têm habitação ou não têm para onde voltar, pessoas em situações extremas, definidas por uma série de dimensões. Foram colocadas as dimensões dos equipamentos de saúde, da habitação, do acesso ao trabalho, do emprego e da renda, da educação e a dimensão que foi muito aprofundada aqui, a da segurança pública.

Não vou aprofundar-me porque foram bem colocadas as posições e os contrapontos, mas eu quero trazer algumas informações. Nós temos certeza, sabemos disso até porque circulam em muitas dessas organizações e também dialogam com a Promotoria e as instâncias da Prefeitura de Florianópolis e de outras Prefeituras, que parte dessa população em situação de rua são pessoas adictas ao álcool e às drogas, e isso remete a uma das dimensões que precisamos aprofundar, Deputado Sargento Lima, que é a política ligada à atenção psicossocial... Nós temos uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que conta com esse equipamento, inclusive um dos CAPS do Centro de Apoio Psicossocial é o CAPS-AD, que trata justamente de álcool e drogas na perspectiva da saúde mais ampla.

Eu quero trazer um dado aqui... A minha assessoria teve acesso ao balancete do segundo quadrimestre deste ano que mostra o investimento do governo do Estado nessas políticas. Nós temos a transferência do Estado, que no caso é a contrapartida dos recursos que vêm do governo federal para esses equipamentos e nós tivemos R$ 1,987 milhão investido em CAPS no Estado de Santa Catarina – esses investidos pelo Estado, depois ainda tem a contrapartida do governo federal. Em clínicas terapêuticas o repasse do governo do Estado foi de R$ 14,942 milhões. O investimento, do ponto de vista da Rede de Atenção Psicossocial, é muito baixo de acordo com as suas necessidades, e estamos falando sobre o objetivo de tratar na origem, pois parte dessa população, como muito bem falado aqui pela senhora Ivone, acaba vindo ou sendo direcionada para as grandes cidades ou para as Capitais por conta da ausência desses instrumentos ou desses equipamentos lá nos seus Municípios de pequeno e médio porte. E uma das redes importantes é, sim, garantir o financiamento estadual para os equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial, pois parte dessa população não chegaria a esses extremos e nós não estaríamos aqui discutindo soluções para uma situação extrema se isso fosse garantido.

Então, eu quero trazer aqui informações para pensarmos, porque é uma tarefa nossa, do Parlamento estadual. É óbvio que nós gostaríamos e deveríamos ter aqui a Secretaria de Assistência Social do Estado de Santa Catarina e os dados colocados por ela, porque observando agora a Lei Orçamentária Anual verificamos a ausência de financiamento ou co-financiamento estadual para políticas que tratariam na origem, Promotor, que seria a forma de não pensarmos em ações extremas na ponta.

Queria trazer esse primeiro dado, que acredito seja do setor de saúde, esse recurso e esse balancete quadrimestral são da Secretaria da Saúde.

Pensando em Secretaria de Assistência Social, nós poderíamos ter políticas públicas voltadas, por exemplo, para a habitação social ou um programa, como foi colocado aqui por duas manifestações, uma da Rede Com a Rua e uma da dona Ivone, de habitação como instrumento de saída da rua para outros acessos, especialmente trabalho, emprego e renda: um deles seria o Moradia Primeiro e o outro de Transição da Rua Para a Moradia. Mas precisamos garantir que o governo do Estado entre nesse instrumento para ajudar essas regiões, porque dos onze Municípios que mais recebem ou que mais têm população em situação de rua, quatro deles são da Grande Florianópolis, portanto precisamos pensar nessas ações organizadas do ponto de vista do território da Grande Florianópolis.

Portanto, quero pontuar que são necessários aspectos e políticas públicas lá na ponta, de reforma urbana, para garantir instrumentos a fim de que não se chegue a esse extremo, porque... Vamos ser sinceros, ninguém, em sã consciência ou em situação mínima, quer viver na rua, não ter um lugar para voltar, e as situações que levam essas pessoas a isso são inúmeras, eu não vou aqui questionar, não vou aqui fazer esse debate porque já foram colocadas.

Em relação à área da segurança pública, fizemos um debate aqui no Parlamento em que eu elaborei um parecer no voto vista sobre mecanismos de identificação da população em situação de rua e nós temos uma inteligência na Polícia Civil do Estado de Santa Catarina profunda, a Segurança Pública tem uma capacidade enorme de conseguir tratar com inteligência, que é a estratégia mais adequada para identificar essas situações. O caso que foi relatado aqui, com muito pesar de minha parte, demonstra o quanto hoje o sistema prisional é altamente falho e não consegue cumprir a tarefa de ressocialização. Esse é um demonstrativo de que precisamos aprofundar essas questões.

Não é fácil vermos na próxima Lei Orçamentária Anual uma diminuição do investimento do Estado no sistema prisional para garantir dessa ressocialização. Então eu coloco isso com outro aspecto, sendo ele a Política da Rede de Atenção Psicossocial, política ligada à reforma urbana e à habitação social, mas também uma política nessa perspectiva da transição da rua para a casa, uma política de Moradia Primeiro e trabalhar com as estruturas que nós já temos hoje, com muita qualidade realizada pela Polícia Civil de inteligência, na perspectiva da segurança pública, porque isso, sim, trará soluções e respostas para os Municípios, fazendo-se necessário acionar esse tipo de informação.

Vou colocar agora uma posição mais pessoal sobre a questão da esmola ou de doar dinheiro. Entramos em um aspecto muito individual, na minha concepção, muito ligado à moral de cada um e cada uma, ligado aos princípios de solidariedade, aos princípios éticos e aos princípios morais que cada um carrega. É difícil impor para alguém colaborar ou não colaborar, as pessoas têm uma atitude de acordo com a sua posição, eu percebo e é muito difícil, inclusive tenho acompanhado várias organizações ligadas a diferentes igrejas: neopentecostais, católicas, religiões de matriz africana e outras que têm trabalhos ligados a esse princípio da solidariedade, e é difícil, meu colega Deputado Sargento Lima, dizer para a pessoa: não, tu não vai contribuir, Isso porque entra em um aspecto moral, em uma posição moral e compreendo perfeitamente que não é esse o caminho para a situação, ela é complexa e o caminho é garantir as condições de habitação, de saúde, de trabalho, emprego e renda, de educação e assim por diante. Eu coloco esse aspecto para fazermos o debate e compreendermos a dificuldade que é impor diante do aspecto moral ou do posicionamento pessoal.

Quero também propor, Deputado Sargento Lima, e quero construir em parceria com vossa excelência, um seminário da Assembleia Legislativa para discutir esses aspectos, especialmente este que tem sido um ponto central, que é a questão da habitação, questão desse programa global que é o Moradia Primeiro. Acho que podemos pensar junto com a Escola do Legislativo, nós temos instrumentos para isso. Queria sugerir para o senhor, como solicitante desta audiência pública, colocar isso como estratégia para encontrarmos caminhos e darmos respostas para todo mundo que veio para cá hoje, com esse objetivo.

Por fim, eu quero dizer que tenho observado uma questão muito preocupante: o número não apenas da população adulta em situação de rua, mas temos visto crianças nas ruas buscando subempregos e trabalhos informais, o que não víamos há um tempo. Acho que é importante observar sob essa ótica e precisamos avançar em alguns aspectos. E quero dizer... Eu nunca falei isso antes, mas eu fui *office-boy*, fui um jovem da Promenor quando tinha 14 anos, 15 anos e 16 anos e trabalhava nas ruas,e o que uma pessoa em situação de rua passa, o que passam todas as pessoas que estão nas ruas, nessa situação, às vezes são privadas de ir a um banheiro, de tomar uma água... eu, para ir ao banheiro quando era *office-boy,* tinha que ir no Bob's, pois não tinha um banheiro aberto ou público onde ir. Então, essa é uma situação que também temos que observar nessa perspectiva.

Finalizando, eu quero agradecer e também desejo que Florianópolis encontre um local adequado para essa transição, porque certamente a Passarela do Samba Nego Quirido não é um espaço que foi garantido para isso, ele foi feito para outras finalidades, e espero que consigamos garantir essa condiçã. E acredito, Secretário, que essa situação será resolvida de forma regional, é preciso ter uma política pública mais regionalizada e certamente nós, aqui nesta audiência pública, estamos querendo auxiliar nesse processo.

Muito obrigado, Deputado Sargento Lima, pela posição e um abraço para todo mundo. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Eu que agradeço, Marquito. E peço que vossa excelência assuma a presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Com a palavra o Deputado Sargento Lima.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA** – Quero dizer a cada um dos senhores e a cada uma das senhoras que estão aqui presentes nesta noite que eu tenho absoluta certeza que nós estamos dando um primeiro passo, até então ainda não abordado da forma em que está sendo abordado, caminhando em direção à resolução desse problema. Temos a plena noção de que ele é complexo, porém nos cabe essa função, cabe a cada um dos senhores que estão hoje fazendo parte da mesa apresentar posicionamentos e indicações para que possamos chegar, através de um consenso, à resolução do problema.

Não nos causa prazer, não nos causa alegria assistir ao sofrimento alheio, tenham a mais absoluta certeza. Quando nós falamos do sofrimento alheio, é o sofrimento dessa mãe que aqui esteve, a qual eu rendo todo o meu respeito, a senhora pode ter a mais absoluta certeza.

No início da minha fala, e eu retorno a ela sem o menor problema, sem o menor constrangimento, eu disse que nós temos que parar de tratar como tabu qualquer tipo de assunto, todo assunto pode ser discutido. Às vezes aquele que apresenta um posicionamento é porque é mau, porque não tem sentimento cristão, porque não é bondoso e, de outro norte, tem aquele que é um defensor incansável do bem-estar social.

Enfim, eu gostaria de dizer algumas coisas antes de partir para a conclusão. A partir desta reunião haverá outras, nós vamos, sim, continuar trabalhando para a resolução desse problema, eu sei muito bem por aquilo que passam, mas algumas coisas precisam ser apontadas. [*Transcrição: Jênifer Girardi / Leitura: Vera Regina Zacca*]

Quando se fala em ressocialização de apenados, eu quero dizer que para o apenado ser ressocializado primeiro ele precisa ficar preso, ou seja, ele precisa ficar pelo menos dentro do sistema para que ele possa ser ressocializado. Quando nós falamos de pessoas que têm quinze, dezesseis, vinte, trinta passagens, para mim essa não é uma ideia abstrata, porque eu já tive a oportunidade, enquanto policial militar, de abordar pessoas com mais de sessenta passagens, para mim isso nunca foi uma novidade e nós estamos falando isso há muito tempo. Nós vamos falando de pequenos crimes, de pequenos delitos, como a grande mídia gosta de falar, mas estamos falando de latrocínio, de estupro, de tráfico de drogas, de porte de arma de fogo, de homicídios, que não são crimes que possam ser considerados pequenos delitos. E temos uma Justiça que tem que se dobrar neste momento, e quando eu digo “se dobrar”, é inclinar o seu ouvido e escutar o clamor de cada um dos senhores e das senhoras que estão aqui hoje.

Para ser ressocializado é necessário que ele esteja ao menos presente no ambiente de ressocialização, e estamos vendo duas coisas perigosíssimas acontecendo no Brasil. Uma é a política do desencarceramento, uma ideia maravilhosa que tiveram de soltar – não existe nada mais econômico. Como nós vamos resolver o problema da superlotação? Soltando. Pode parecer estúpido, mas é isso o que acontece. A segunda é a demonização da Medicina psiquiátrica. O manicômio passou a ser algo medieval, quando nós sabemos, sim, que o doente mental pode colocar sua própria vida em risco e a vida de terceiros. É muito bom salientar isso, é o meu posicionamento. Inclusive nas duas ocorrências nas quais eu me senti realmente em perigo foi atendendo pessoas com problemas psiquiátricos, que já tinham colocado em risco a vida da mãe, do pai e, posteriormente, a minha, como policial militar. Foram as duas piores ocorrências das quais eu participei, porque você não se sente impelido a fazer uso progressivo da força porque acaba ficando com pena da pessoa. Em qualquer outra situação eu reagiria de outra forma, mas sabendo que se trata de um doente mental, não conseguimos usar a nossa agressividade controlada e responder da forma que tem que ser feito. É um problema muito sério e nós temos que conversar sobre isso, mas posteriormente.

Em relação aos aportes financeiros dentro desse setor, eu escutei a fala do senhor Juca, que é Secretário de Desenvolvimento Econômico, de que Florianópolis carece, sim, e precisam ser encaminhadas emendas nesse sentido. Falo para o senhor com a mais absoluta certeza de que o norte do Estado, que é responsável por 23% do PIB do Estado, que somado ao PIB do centro-oeste e do planalto norte chega próximo de 50%, sendo o resto todo dividido entre o restante do Estado, já aportou recurso suficiente e não nos devolveram esse recurso. Esse recurso não volta. Não volta para Itaiópolis, não volta para Irineópolis, não volta para Major Vieira, nem em segurança e nem em assistência, mas nós não deixamos de fazer a nossa contribuição para esse PIB volumoso que temos no planalto norte e no nordeste do Estado. Então, sim, já estamos contribuindo através do nosso trabalho.

Você pode procurar a dignidade em todos os lugares, no casamento, na igreja, em qualquer lugar, e você não vai achá-la. No casamento você vai achar a felicidade, na igreja o seu elo com o Criador, seja lá qual for a sua fé, mas a dignidade você só vai achar no trabalho. Não existe outro lugar onde você vai achar a sua dignidade, nem mesmo no envolvimento com a família, onde você vai encontrar a felicidade. Descanso na morte e dignidade no trabalho. Então nós temos que abordar, sim, esse tema de como oferecer oportunidades de trabalho a essas pessoas. Mas nesse meio tempo nós estamos lá e as pessoas estão sendo vitimadas, estão pagando uma conta que não é delas. O comércio é o que mais bate à porta do nosso gabinete, não apenas em Florianópolis, mas em Joinville e em qualquer lugar, pois se sente temeroso porque afugenta o seu cliente, o lojista se sente prejudicado por ter que acordar e chegar uma hora antes, duas horas antes para lavar fezes, urina e pedir, por favor, por gentileza, que tirem o papelão dali, que se levantem e voltem para casa.

Fiquei muito feliz em receber este *folder* na minha mão, fiquei muito contente. E nós vamos, inclusive, pedir para a Casa ajudar a divulgar para que seja uma campanha estadualizada, simplesmente por isso. Ah, porque eu sou mau. Não, negativo! Porque eu conheço – sou político – Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores que construíram a sua vida política em cima da desgraça. Ora, se 90% do seu público advém do assistencialismo, qual o interesse de um ente político em acabar com o problema? Ele quer acabar com o seu nicho de eleitores? Se eu vivo em cima de clínicas de reabilitação, meu eixo político é aquele, meus eleitores são aqueles. É a sociedade que eu coloco em torno daqueles para ajudá-los a sobreviver. Basta eu achar meia dúzia de senhoras que tenha boa vontade em trabalhar de graça e pronto, a minha campanha estará feita. Então, saibam identificar também aquelas pessoas que vivem em cima da desgraça alheia. São vários passos.

Ao concluir esta reunião, eu vou contar e já intimo cada uma de vossas excelências, cada um dos senhores presentes aqui para que possamos construir principalmente sanções que possam ser aplicadas aos Municípios que embarcam essas pessoas, que são vítimas no Município delas, e as desovam em Municípios vizinhos. É necessário que haja leis estaduais para que possamos impor penalidades às pessoas que adotam essa prática. Também será necessário que entremos em contato com o governo do Estado para determinar qual postura iremos adotar diante de Estados que também... Na minha cidade, vocês podem ter certeza, é a mais próxima da fronteira com o Estado do Paraná, o primeiro derrame é feito ali, depois eles arranjam um jeito de deslocar até Balneário Camboriú e, por fim, acabam aqui. É um circuito já conhecido por nós, Coronel Araújo Gomes, há muito tempo. Então, nós precisamos ter uma conversa com o Estado do Paraná, com o Estado do Rio Grande do Sul e vamos ter que impor algum tipo de punição para quem adota essa prática, porque o contrário não acontece.

E, para finalizar, lanço mais um questionamento para vocês: se a situação estivesse boa nos seus Estados de origem, eles não viriam para Santa Catarina, porque ninguém foge obrigado de um ambiente onde está tudo bem, não é? Por isso fui até muito criticado quando eu falei em Joinville, lá na Câmara de Vereadores, onde fizemos uma audiência pública, eu falei assim: pode vir para Santa Catarina que você vai encontrar assistencialismo, mas deixa o seu título lá no seu Estado, porque se você desgraçou politicamente a administração do seu Estado, não venha fazer isso em Santa Catarina.

Como eu disse, não estou aqui para agradar a todas as pessoas, mas uma parcela tem que compreender que todo esse problema tem as suas razões. Imigrantes, ninguém está vindo da Suíça para Santa Catarina para morar na rua; ninguém está vindo da Alemanha; ninguém está vindo de Mônaco. Pergunte a alguns deles: estão vindo de onde? Fugindo da política que eles adotaram lá. Então, que sirva também de reflexão.

Nós iremos, sim, nos reunir mais uma vez. Fico muito contente e não é rasgação de seda, como disse o Deputado Marquito, que sempre foi companheiro nessas pautas que desagradam a todos, mas nas quais precisam ser tomados posicionamentos, vamos trabalhar juntos para oferecer algumas soluções, para que possamos construir ferramentas legislativas através de construção de leis ou chamar o próprio Governador, para que tenha uma origem do Executivo, o que fica mais prático ainda para nós, e então possamos envolver as Secretarias nisso, criando barreiras para estancar, já que estão secando gelo, para que não venha mais gelo ainda para o Estado de Santa Catarina. Infelizmente digo para vocês das forças de segurança, seja a Polícia Militar ou a Guarda Municipal, que trabalham exclusivamente no erro das outras instituições. Essa é a verdade. A Polícia Militar e a Guarda Civil só trabalham no erro das outras instituições; quando elas acertam, diminui essa carga de trabalho.

Quero agradecer a presença de cada um de vocês. Voltem para casa com a absoluta certeza de que este não foi um tempo perdido. Todas as empreitadas que nós nos envolvemos acabamos achando algum tipo de ajuda para a situação. Vamos tentar conversar. Eu tenho uma reunião amanhã de manhã com o Governador Jorginho Mello e vamos falar de como nós vamos nos relacionar com o Paraná e o Rio Grande do Sul em relação a isso, nós precisamos de um posicionamento também dos outros Estados. Santa Catarina não pode pagar esse preço pelas escolhas erradas que fizeram lá nos seus Estados de origem, de forma alguma! E nós estamos pagando, ponto. Essa é uma grande verdade: ninguém foge de onde está bom.

Posteriormente, depois que todo mundo fizer o seu dever de casa, que cada um desta mesa aqui possa trazer propostas legislativas para nós, ajudaremos a construí-las daqui de dentro, como já aconteceu. O gabinete 23 pertence a cada um de vocês, assim como o gabinete 26, do Deputado Marquito, e também cada cadeira desta Casa. Esta é a Casa do Povo e espero que tenha sido satisfatória esta reunião que, como eu disse, é a primeira de muitas.

(*A senhora Maria de Lourdes da Conceição manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Pois não, senhora, pode vir ao microfone aqui na frente, por gentileza, antes de encerrarmos. Fique à vontade. Inclusive peço a vossa excelência que encerre a reunião depois (*risos*).

**A SRA. MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO** — Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui e cumprimentar o senhor e o pessoal da mesa.

Eu sou de Florianópolis, não sou apenas moradora, sou filha daqui, moro no centro. Não sei se tem mais algum vizinho aqui? Mas nós sofremos muito com o pessoal em situação de rua na nossa região, na Hercílio Luz. Eu moro na Praça Olívio Amorim, na Mauro Ramos, e naquela região toda nós estamos sofrendo muito com esse pessoal. Nós não temos mais vontade nem coragem de passear na praça com os nossos netos, com os nossos cachorrinhos e até de sair na rua, e não tarde da noite, nós não temos mais coragem de sair por causa do pessoal. Eles começam de manhã e vão até a noite, vivem ali. A nossa Praça Olívia Amorim é uma coisa horrível, é desagradável para nós, moradores. Eu tenho colegas conhecidas da Mauro Ramos que falam a mesma coisa da Hercílio Luz, que os moradores dali, os síndicos, todo dia de manhã quando abrem a portaria, os porteiros ou sei lá, os funcionários têm que lavar as calçadas porque estão sujas de xixi, de fezes, é tudo ali, quando os moradores em situação de rua acordam mais cedo.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA** — Às 9h da madrugada?

**A SRA. MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO** — Não. Às 8h da manhã...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA** — Estou brincando.

**A SRA. MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO** — É quando chega o porteiro, o zelador ou funcionário, eles acham ruim ter que tirá-los dali. Nós achamos, e eu digo nós aquela região toda ali, inclusive nós temos grupo, amigos da praça e tudo mais do qual participamos. E nossa situação ficou pior quando foi aberto o Restaurante Popular. Nós não achamos ruim o restaurante, é óbvio que tem que ajudar, só que foi aberto para todas as pessoas em situação de rua, inclusive foi passado na televisão e tudo mais, porque tem até briga na frente do restaurante, fora as agressões que eles fazem conosco, os moradores dali.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA** — Dona Maria de Lourdes, muito obrigado.

**A SRA. MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO** —Eu moro ali na Praça Olívia Amorim, no Edifício Olívia Amorim, moro ali e o tempo todo sentimos muita dificuldade. Se for possível colocar essa proposta numa outra oportunidade, numa outra assembleia, eu agradeço.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA** — Sim, senhora.

**A SRA. MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO** — Eu falo em nome das pessoas que ali moram.

Muito obrigada pela atenção.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA** — A nossa taquigrafa fez o registro de tudo em ata. Tudo aquilo que foi dito aqui hoje, que foi transmitido, foi registrado.

Antes de devolver a palavra ao Presidente, Deputado Marquito, para o encerramento, quero agradecer a minha brava equipe que está sentada ali, que ajudou na divulgação. Levantam a mão. A Eles peço uma salva de palmas, sem eles não teria acontecido isso. (*Palmas*.)

Deputado Marquito, pode concluir.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** —Está bom, Deputado Sargento Lima.

Eu quero agradecer a presença de todos e de todas e dizer que acredito que teremos um bom relatório desta audiência pública, certamente daremos os encaminhamentos.

Nada mais havendo a tratar, encerramos esta audiência pública. (*Palmas*.) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição*: *Djonathan Costa* / *Leitura*: *Janis Joplin Zerwes Leite* / *Leitura Final: Marivânia Pizzi*]

**DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA**

**PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**